



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Ribeiro e Castro

Em 2007 foi lançado o programa de requalificação e modernização das escolas secundárias, motivado pela degradação e obsolescência das escolas, pelas dificuldades de gestão da rede de escolas e pelo ineficaz modelo de gestão e financiamento das atividades de manutenção e conservação destes edifícios.

O investimento nas escolas tornou-se uma prioridade, essencialmente com a extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e a generalização do ensino profissional nas escolas secundárias que, consequentemente, implicaria um aumento do número de alunos e de diversidade da oferta formativa, a inovação tecnológica, a crescente utilização das TIC, a obrigatoriedade da prática desportiva, o reforço do ensino experimental das ciências e tecnologias e o acesso a centros de recurso.

Assim, por determinação do Ministério da Educação, foi constituída a Parque Escolar, EPE, cujo objetivo se centra na concretização do Programa de Modernização do Parque Escolar das Escolas com Ensino Secundário (PMEES).

Os indicadores financeiros para o início deste projeto, face à inexistência de programas similares, basearam-se na estimativa existente na Direção Regional de Educação de Lisboa sobre a execução de reparações em 25 escolas.

Para melhor avaliar a dimensão financeira do investimento no programa avançou - se, inicialmente, com a intervenção piloto em quatro escolas, que permitiu aferir sobre a real dimensão dos problemas dos estabelecimentos de ensino, levando à elaboração do Plano de Negócios da Parque Escolar, o primeiro documento financeiro de referência e que apontava para um investimento de 1.328 mil milhões de euros para a reabilitação de 166 escolas, sem contar com os equipamentos e escolas de projeto especial.

As profundas reformulações nos edifícios, dotando-os de laboratórios, auditórios, bibliotecas, oficinas e equipamentos indispensáveis para concretizar as mudanças introduzidas no setor do ensino, conseguiram valorizar o património e oferecer a toda a comunidade educativa melhores condições de ensino e aprendizagem.

Daí que as afirmações do Ministro da Educação e Ciência, no passado dia 6 de Março, na audição regimental na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, onde afirmou que uma auditoria da

